



## **TRABALHO INFANTIL, DESIGUALDADE E POLÍTICA PÚBLICA: DESAFIOS INTERSECCIONAIS NA PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA CIDADE ESTRUTURAL**

**Raquel de Carvalho Lima – UnB**

**Grupo de Trabalho: GT 9 - Políticas Públicas, Movimentos Sociais e  
Interseccionalidade**

### **RESUMO:**

O presente trabalho analisa o fenômeno do trabalho infantil na Cidade Estrutural, Distrito Federal, a partir de uma perspectiva interseccional que articula classe, raça e território, buscando compreender as determinações estruturais que o sustentam e as respostas institucionais da política de assistência social. O objetivo é analisar a atuação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) na proteção de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, destacando os limites institucionais, as contradições da política pública e as práticas de resistência construídas no cotidiano profissional. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa e documental, fundamentada no materialismo histórico-dialético, que orienta a apreensão da realidade social como totalidade em movimento. Foram utilizados relatórios técnicos e registros administrativos do CREAS-Estrutural (2020–2024), dados obtidos via Lei de Acesso à Informação (SEDES/DF) e anotações de campo realizadas durante o estágio supervisionado em Serviço Social durante o ano de 2023. As análises ancoram-se principalmente nas contribuições de Behring e Boschetti (2009), Lélia Gonzalez (1984) e Faleiros (2007), entre outros, que contribuem para a compreensão crítica das políticas sociais e das expressões da questão social. Os resultados indicam que o trabalho infantil na Estrutural expressa a articulação entre pobreza, racismo e precarização das relações de trabalho, revelando a insuficiência das políticas compensatórias diante da complexidade do fenômeno. Conclui-se que a efetivação da proteção social exige ações intersetoriais, políticas universais de renda e trabalho digno.

**Palavras-chave:** trabalho infantil; políticas públicas; interseccionalidade; assistência social.

### **1. INTRODUÇÃO**

O trabalho infantil permanece como uma das expressões mais agudas da questão social brasileira, revelando desigualdades estruturais que atravessam a



formação social do país. No Distrito Federal, a Cidade Estrutural marcada pela pobreza, exclusão urbana e ausência de políticas universais evidencia as contradições entre o discurso de proteção estatal e a realidade das famílias periféricas. Formada nas imediações do antigo lixão de Brasília, a região simboliza a luta pela sobrevivência e a resistência de uma população majoritariamente negra e trabalhadora. Este resumo expandido analisa a atuação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) da Cidade Estrutural no enfrentamento ao trabalho infantil, considerando as intersecções entre classe, gênero, raça e território. A pesquisa, de base qualitativa e documental, ancorada no materialismo histórico-dialético, utiliza relatórios técnicos do CREAS (2020–2024), dados via Lei de Acesso à Informação e registros do estágio supervisionado (2023–2024). Busca-se compreender como o CREAS materializa e é tensionado pelas contradições da política de assistência social em um contexto de subfinanciamento e mercantilização, apontando limites institucionais e possibilidades de resistência no cotidiano profissional.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

A compreensão do trabalho infantil na Cidade Estrutural exige uma análise que ultrapasse o olhar empírico e alcance as determinações históricas, sociais e econômicas que configuram essa realidade. O estudo ancora-se no materialismo histórico-dialético, que, segundo Netto e Braz (2006), permite apreender a totalidade social e compreender os fenômenos como expressões contraditórias dessa totalidade. Nessa perspectiva, o trabalho infantil não é um desvio, mas uma expressão concreta da sociabilidade capitalista.

Como apontam Marx e Engels (2010), o capitalismo, ao se basear na exploração da força de trabalho, reproduz desigualdades estruturais e favorece a inserção precoce de crianças e adolescentes no trabalho. Behring e Boschetti (2009) evidenciam que o avanço do neoliberalismo reconfigurou o papel do Estado, transformando as políticas sociais em instrumentos de gestão da



pobreza por meio da focalização e do subfinanciamento. No âmbito da assistência social, essa dinâmica se traduz em fragmentação dos serviços, sobrecarga de profissionais e limitações na efetivação dos direitos, cenário em que o CREAS atua tensionado entre a garantia e a negação de direitos.

A abordagem interseccional, articulando classe, raça e gênero, é indispensável para compreender as múltiplas dimensões que atravessam o trabalho infantil na Estrutural. Crenshaw (1989) destaca que as opressões operam de forma simultânea, enquanto Gonzalez (1984) demonstra que o racismo estrutura as relações sociais e coloca a população negra, especialmente as mulheres, em maior vulnerabilidade.

Na Estrutural, marcada por uma população majoritariamente negra e periférica, a reprodução do trabalho infantil reflete o legado colonial e o racismo estrutural. Segundo a PDAD (2021), cerca de 74% dos moradores se autodeclararam pretos ou pardos e mais de 40% vivem com renda per capita inferior a meio salário-mínimo, o que evidencia o entrelaçamento entre raça e classe na produção da pobreza urbana. Enfrentar o trabalho infantil, portanto, exige políticas estruturantes de renda, moradia e trabalho digno, pautadas em uma perspectiva feminista, antirracista e emancipatória da proteção social.

### **3. METODOLOGIA**

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada no materialismo histórico-dialético, que orienta a análise da realidade social em suas contradições e determinações estruturais. O estudo foi desenvolvido entre 2023 e 2024, durante o estágio supervisionado obrigatório em Serviço Social no CREAS da Cidade Estrutural, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES/DF). Essa vivência possibilitou observar as práticas institucionais de enfrentamento ao trabalho infantil e refletir criticamente sobre os limites e potencialidades da política de assistência social.

Foram utilizadas como fontes relatórios técnicos e registros administrativos do CREAS-Estrutural (2020–2024), dados obtidos via Lei de



Acesso à Informação, planos de ação e relatórios de gestão, registros do Grupo Catavento, grupo socioeducativo voltado às famílias acompanhadas, além de anotações de campo e diário reflexivo produzidos ao longo do estágio.

A análise seguiu o método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2011), identificando categorias empíricas que expressassem as contradições e tendências do fenômeno estudado, como trabalho infantil, proteção social, território, raça, gênero, limites institucionais e práticas de resistência. O processo metodológico articulou vivência prática, reflexão teórica e análise documental, respeitando o sigilo profissional e a preservação da identidade dos sujeitos e instituições envolvidas, permitindo compreender o trabalho infantil na Estrutural como expressão das contradições sociais e dos desafios da política pública de assistência social.

#### **4. RESULTADOS/DISCUSSÃO**

Os resultados mostram que o trabalho infantil na Cidade Estrutural é um fenômeno persistente e multifacetado, vinculado às desigualdades sociais, raciais e territoriais. Entre 2020 e 2024, o CREAS-Estrutural registrou 29 atendimentos de crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos (SEDES/DF, 2024). Embora expressivo, o número não reflete a totalidade do problema, pois muitos casos permanecem invisíveis, especialmente os naturalizados como “ajuda familiar”, expressão da ideologia que legitima a exploração infantil nas camadas populares.

As observações de campo indicam que a maioria das famílias atendidas é chefiada por mulheres negras, desempregadas ou inseridas na informalidade, como coleta de recicláveis e faxinas. Essa composição confirma a leitura interseccional: raça, gênero e classe estruturam a reprodução do trabalho infantil nas periferias urbanas. Nos territórios da Chácara Santa Luzia e do Setor Norte, a falta de infraestrutura, lazer e equipamentos sociais amplia a vulnerabilidade e restringe as possibilidades de socialização das crianças fora do ambiente doméstico e laboral. Segundo a PDAD (2021), cerca de 40% das famílias da



Estrutural vivem com renda per capita inferior a meio salário mínimo, o que reforça o papel das crianças nas estratégias de sobrevivência. O CREAS enfrenta severas limitações institucionais, equipes reduzidas, alta rotatividade e sobrecarga, configurando o que Behring e Boschetti (2009) chamam de “gestão da escassez”, em que o Estado neoliberal administra a pobreza em vez de superá-la.

Apesar das adversidades, a equipe técnica constrói estratégias criativas de atendimento e fortalecimento de vínculos. O Grupo Catavento é um exemplo: promove oficinas sobre direitos, convivência e autocuidado, incentivando o protagonismo familiar e práticas de educação popular. Essa experiência, ainda que limitada, revela o potencial emancipatório do trabalho social com famílias e reafirma o papel crítico do Serviço Social na defesa dos direitos e na resistência cotidiana às determinações do capital.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo analisou o trabalho infantil na Cidade Estrutural sob uma perspectiva interseccional entre classe, raça, gênero e território, com foco na atuação do CREAS no enfrentamento dessa violação de direitos. Constatou-se que o fenômeno permanece como expressão da questão social, reproduzida pelas contradições do capitalismo e agravada pelo desmonte das políticas públicas e pela lógica neoliberal de focalização e precarização da proteção social. As situações de trabalho infantil observadas na Estrutural não se explicam apenas pela pobreza, mas por uma engrenagem histórica de exploração que articula desigualdades de classe, racismo estrutural e desigualdade de gênero. A predominância de famílias chefiadas por mulheres negras, a informalidade e a ausência de políticas de renda e equipamentos públicos evidenciam o caráter estrutural da exclusão que atravessa a infância periférica. Mesmo diante das limitações materiais e humanas impostas pelo subfinanciamento e pela fragmentação da rede de proteção, o



CREAS-Estrutural desenvolve práticas de resistência e fortalecimento de vínculos, como o Grupo Catavento, que reafirma o potencial ético-político do Serviço Social como prática crítica e transformadora. Conclui-se que o enfrentamento do trabalho infantil exige políticas universais, intersetoriais e de renda, sustentadas por uma prática profissional comprometida com a emancipação humana e a defesa intransigente dos direitos da infância.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O trabalho do assistente social: intervenção crítica e ética**. São Paulo: Cortez, 2007.

GDF/SLU. **Fechamento do Lixão da Estrutural e inclusão socioeconômica dos catadores**. Brasília, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da (Org.). **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 223-444.

LESSA, Temízia. **Cidades e desigualdades: a segregação urbana no Distrito Federal**. Brasília: Codeplan, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

PAVIANI, Aldo. **Brasília: a metrópole em crise**. Brasília: Editora UnB, 2010.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2021: Região Administrativa SCIA/Estrutural (RA XXV). Brasília: Codeplan, 2022. Disponível em: <https://ipe.df.gov.br/documents/9915964/10216206/SCIA-2021.pdf>

SAFIOTTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.